

ESTUDO TÉCNICO

Brasília, 14 de setembro de 2018.

ÁREA: Desenvolvimento Rural
TÍTULO: Análise dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM)
AUTOR: Osni Morinishi Rocha
REFERÊNCIA: Pesquisa CNM 2017
PALAVRAS-CHAVE: Serviço de Inspeção Municipal, SIM, Inspeção Sanitária, agroindustrialização, origem animal.

1. INTRODUÇÃO

A criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é importante para os agricultores locais e tem por objetivos principais a formalização da agroindustrialização local, a segurança alimentar da população, além de contribuir para o aumento das receitas municipais.

No portal da CNM, na aba da área técnica de Desenvolvimento Rural, são disponibilizados materiais orientativos aos gestores a respeito do tema, tais como: vídeos, perguntas e respostas, além de cartilhas (“A importância do Serviço de Inspeção Municipal – SIM na Gestão Pública”), Notas Técnicas e Estudos Técnicos. Acesse: www.agricultura.cnm.org.br.

A CNM vem apoiando diversas ações de incentivo à criação e ao fortalecimento dos SIM. A exemplo disso, no período de 2012-2013, foram realizados 32 seminários estaduais com a apresentação das ações do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para a área técnica de Desenvolvimento Rural, o fortalecimento do SIM passa pela constituição de um consórcio de Municípios ou pela adesão municipal ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), que faz parte do

Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), pois ambos possibilitam o comércio intermunicipal, garantindo o aumento do mercado consumidor.

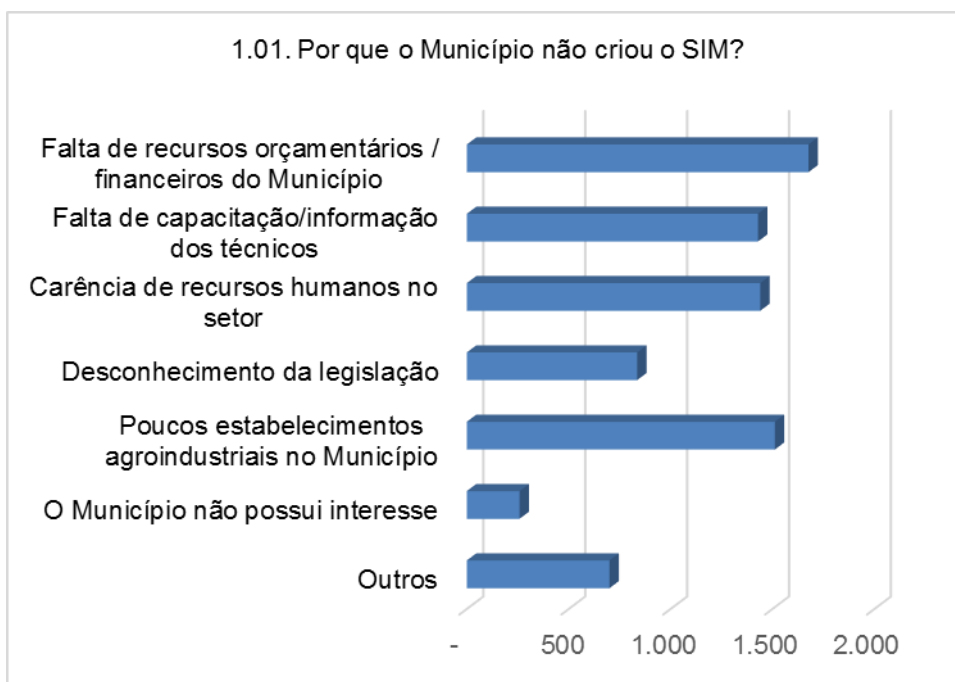
O presente Estudo Técnico traz análise da nova pesquisa sobre o panorama nacional dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), cujo levantamento foi realizado no ano de 2017 pela CNM. Trata-se da segunda pesquisa realizada – a primeira foi em 2012, e visava a apoiar o trabalho da área técnica de Desenvolvimento Rural e a proposição de políticas públicas federais de fortalecimento do SIM.

2. SITUAÇÃO ATUAL DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (2017)

A CNM aplicou a pesquisa em 4.743 Municípios entre os meses de agosto e outubro de 2017 e identificou a estruturação do SIM em 40% dos Municípios respondentes.

A distribuição dos SIM concentra-se na região Sul, onde esse percentual salta para 66% dos Municípios, enquanto, na outra ponta, os somente 28% dos Municípios da região Nordeste constituíram o SIM.

Gráfico 1 – Por que o Município não criou o SIM?



Nos Municípios onde ainda não foi instalado o SIM, os gestores destacam que a falta de capacitação/informação dos técnicos e a carência de recursos humanos no setor são uns dos principais temas para justificar sua não criação. No entanto, o principal motivo citado foi a falta de recursos financeiros do Município – Gráfico 1.

Além desses, um item que chama atenção como outro motivo para a ausência de SIM foi a informação de haver um pequeno número de estabelecimentos agroindustriais locais. Esse destaque traz à tona a necessidade de diálogo entre produtores e prefeitura, propiciando maior troca de informações e também fomento à criação e à formalização de novos empreendimentos – para isso, reunir os diferentes atores de todo o processo e potenciais parceiros é importante na construção do diálogo e da comunicação.

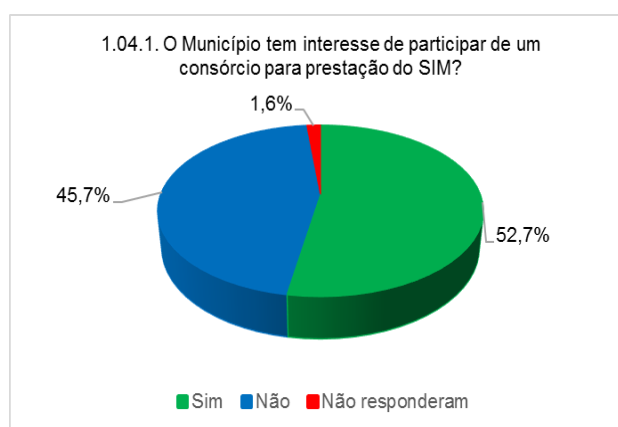
Para a Confederação, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) é um importante instrumento de aproximação dos diversos atores municipais por meio do mapeamento das demandas e da proposição de soluções. Conheça mais em: www.cnm.org.br/biblioteca.

A CNM destaca o compromisso dos gestores com o desenvolvimento rural quando apenas 260 Municípios informaram não terem interesse em constituir o SIM – Gráfico 1. A região Sudeste concentra 50% dos Municípios, sendo que, somente em São Paulo, 79 alegaram o desinteresse.

Gráfico 2



Gráfico 3



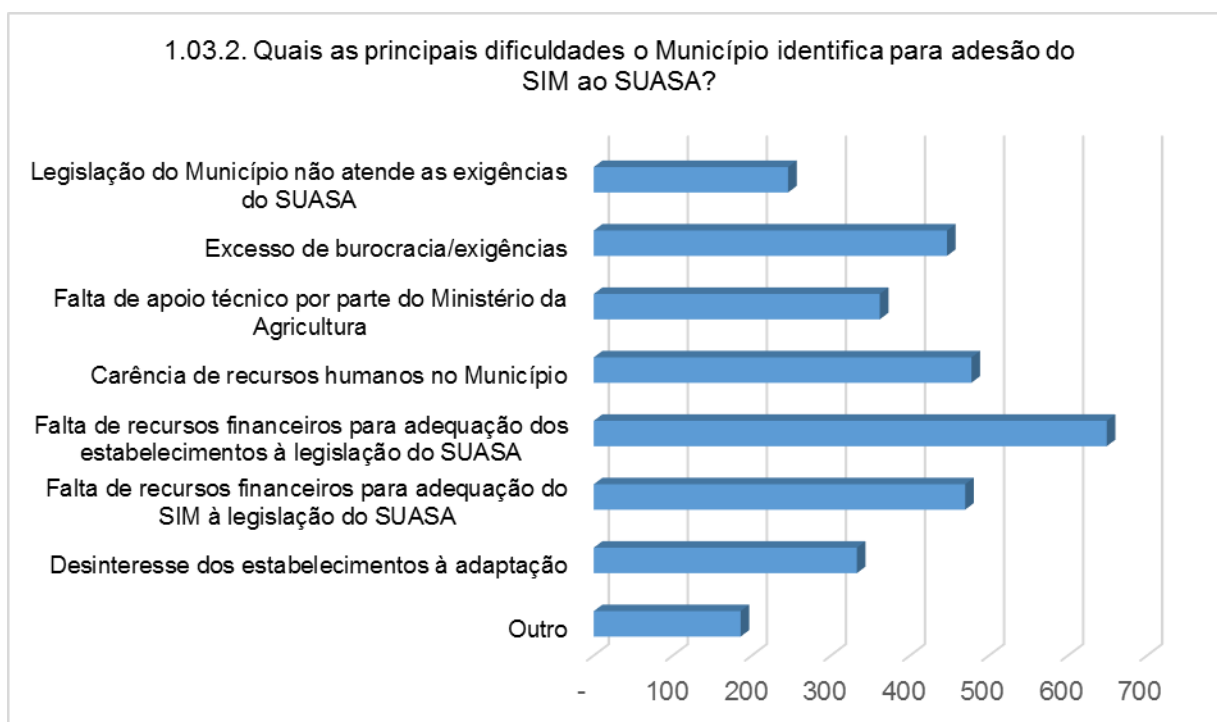
Os consórcios de Municípios para prestação do SIM também são uma alternativa para aumentar a oferta e reduzir os custos com sua manutenção (ver Nota Técnica 22/2017 em www.cnm.org.br/biblioteca). Apesar disso, somente 11% dos Municípios

prestam o SIM via consórcio – Gráfico 2, mas 52% têm intenção de constituir um consórcio para prestação do Serviço de Inspeção – Gráfico 3.

A pesquisa demonstra o potencial de crescimento no número de consórcios, valendo lembrar que, para isso, são necessárias ações de fomento à sua formalização. A CNM possui o *hotsite* Consórcios Públicos Intermunicipais, o qual disponibiliza informações que objetivam contribuir para a organização, a legalização e a difusão do conhecimento do tema. Conheça mais em: www.consorcios.cnm.org.br.

2.1 – Adesão do SIM ao Suasa

Gráfico 4



Em relação à adesão do SIM ao Suasa, a principal dificuldade apontada pelos gestores é a falta de recursos financeiros dos estabelecimentos em se adequarem à legislação do Suasa, recursos necessários na adequação da estrutura física e aquisição de novos equipamentos. Além disso, os gestores informaram também o desinteresse do estabelecimento em adequar-se à legislação do Suasa.

O primeiro motivo do desinteresse dos estabelecimentos em buscar a adesão é quando o mercado municipal consome toda a oferta da agroindústria. Mas se sobressai

também a possibilidade de haver resistência do estabelecimento em enfrentar o processo de adesão. Assim, o Município deve buscar orientar os estabelecimentos conforme seu perfil produtivo.

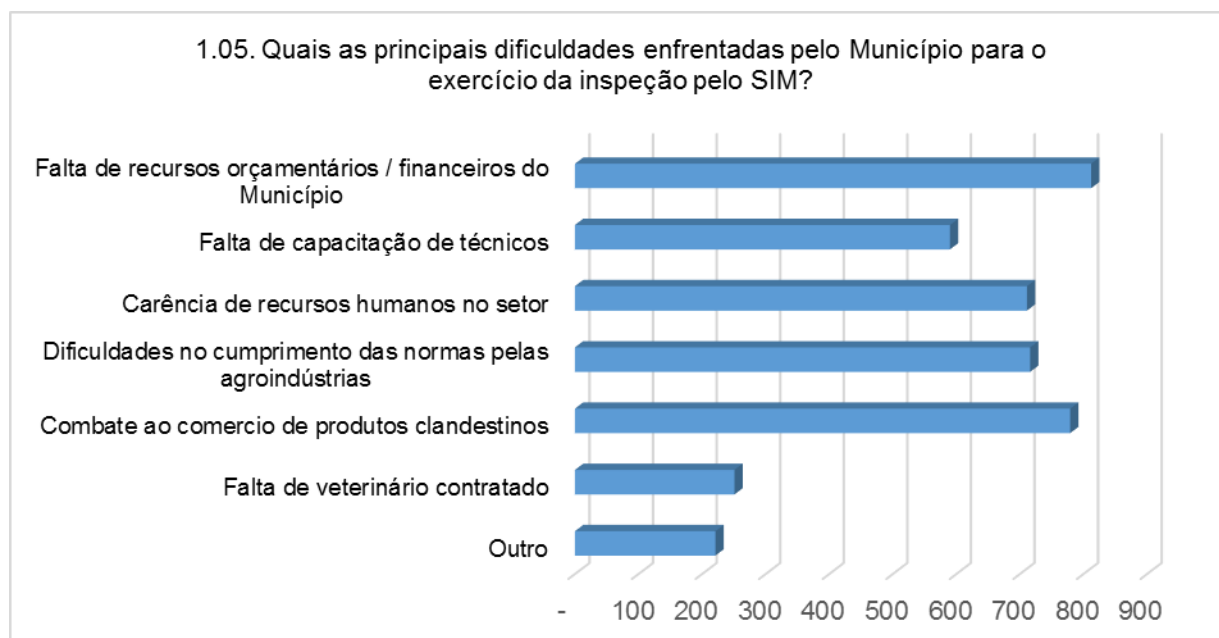
Os Municípios destacam também como dificuldade o excesso de burocracia e a falta de apoio técnico do Mapa no processo de adesão.

Outras dificuldades apontadas, e que precisam ser consideradas, foram a carência de recursos humanos e de recursos financeiros nas prefeituras para realizar suas ações necessárias para a adequação do SIM.

A CNM destaca que, apesar da falta de informações e conhecimento para realizar a adesão junto ao Mapa, 72% dos Municípios têm intenção em aderir ao Sisbi/POA.

2.2 – Exercício do SIM no Município

Gráfico 5



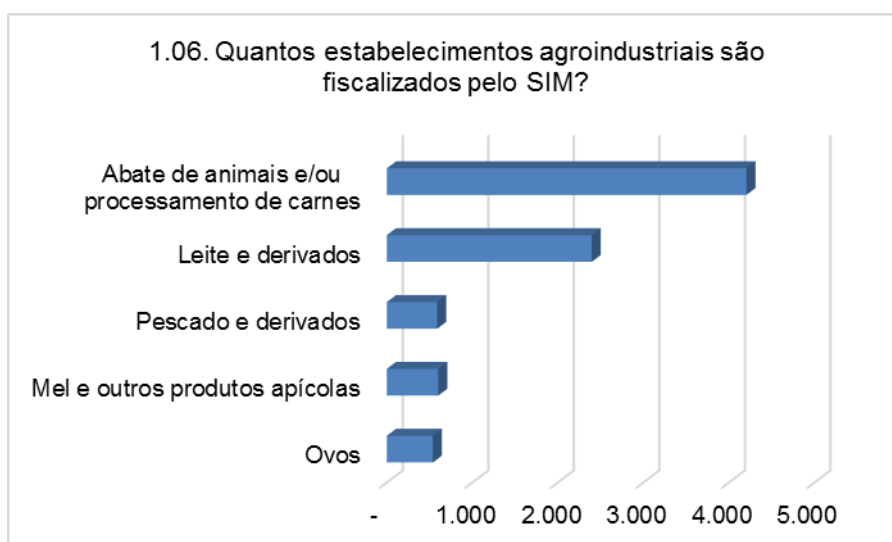
Conforme pesquisa, a principal dificuldade enfrentada é a falta de recursos financeiros do Município, que, por sua vez, também impacta diretamente na necessidade de capacitação dos técnicos, uma vez que há grande carência de pessoal no setor.

Além disso, os gestores enfrentam dificuldades em garantir que as agroindústrias atendam, diariamente, a todas as normas sanitárias. A mudança de cultura é um processo que deve ser contínuo; por isso, os Municípios podem buscar parceiros para apoiar esse processo de sensibilização das agroindústrias.

Os gestores municipais ainda têm de enfrentar o combate ao comércio de produtos clandestinos, que competem economicamente com os produtos inspecionados e desestimulam os estabelecimentos registrados no SIM.

Para a Confederação, os SIM devem trabalhar em parceria com a vigilância sanitária, visando a reduzir essa sobrecarga de atividades e sob um caráter orientativo, bem como buscar parceiros para sensibilizar os estabelecimentos na importância do SIM.

Gráfico 6



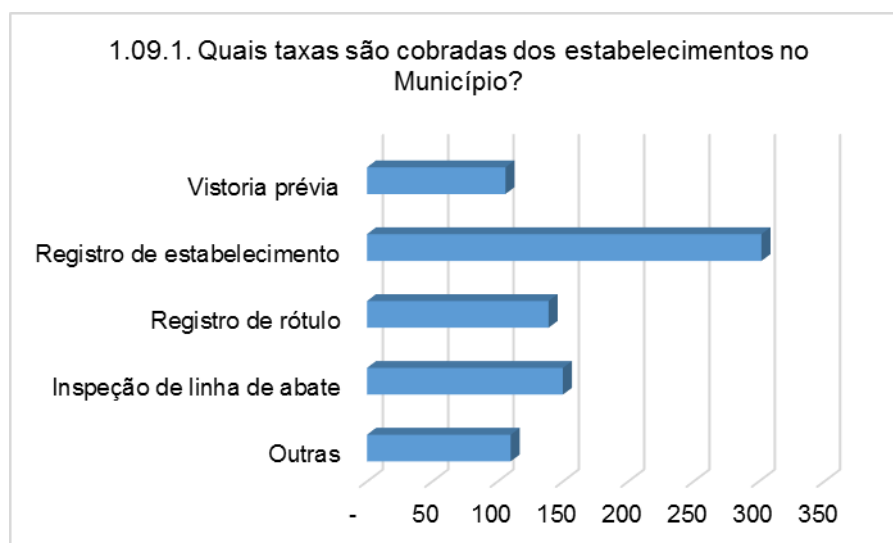
O SIM representa um grande impacto na economia local, pois são responsáveis pela inspeção de mais de 8 mil estabelecimentos que representam uma média de sete agroindústrias por Município. No serviço de inspeção federal, estão registrados aproximadamente 5 mil estabelecimentos; esses dados demonstram a importância do SIM na geração de renda para milhares de pessoas e na arrecadação do Município por meio do incremento ao ICMS e ao ISS.

A principal atividade de inspeção é o abate de animais e/ou processamento de carne em 50% dos estabelecimentos, seguida por leite e derivados em 29%. A CNM destaca que 40% dessas agroindústrias estão na região Sul e outras 37% na região Sudeste.

Nos 51% dos Municípios da região Norte com o SIM, foi informada a presença de somente 5% dos estabelecimentos – esse panorama representa um maior custo por estabelecimento e uma menor verticalização da produção rural. A região Nordeste, com apenas 28% dos Municípios, concentra 10% das agroindústrias.

2.3 – Receitas próprias do SIM

Gráfico 7



Segundo o levantamento, o investimento mensal médio para o Município manter o SIM é de R\$ 9.154,58, que varia principalmente influenciado pelo tamanho da sua equipe técnica.

A Confederação alerta que, apesar da falta de recursos nas gestões municipais e o custo mensal para prestação do serviço, somente 23% realizam a cobrança de algum tipo de taxa dos estabelecimentos inspecionados, sendo o registro do estabelecimento a única taxa cobrada na maioria dos SIM.

Aproximadamente 4 mil estabelecimentos inspecionados realizam o abate de animais e/ou processamento de carnes (Gráfico 6); no entanto, somente 152 Municípios informaram a cobrança de linha de abate.

Os dados da pesquisa mostram uma arrecadação média anual com taxas estimada em R\$ 34.000,00, ou seja, os valores quando arrecadados não são suficientes

para a sustentabilidade do serviço público prestado com custo anual próximo de R\$120.000,00.

2.4 – Recursos Humanos no SIM

Os Municípios disponibilizam 3.168 profissionais para o SIM, sendo que, desse total, 1.520 são médicos veterinários, o que pode representar uma média de 5 estabelecimentos para cada médico veterinário.

Os SIM ainda são obrigados a apoiar os Serviços de Inspeção Estadual (SIE) em 19% dos Municípios, principalmente disponibilizando pessoal, totalizando a cedência de cerca de 425 servidores. Nos Estados da região Sul, essa situação é mais recorrente com destaque para Santa Catarina, com 91 servidores.

A cedência de servidores onera ainda mais os governos locais, além de prejudicar a qualidade do serviço prestado pelo SIM, pois, dos servidores cedidos, 245 são veterinários pagos pelos Municípios que trabalham para estabelecimentos inspecionados pelo SIE.

As análises laboratoriais nos produtos são realizadas em 32% dos Municípios por empresas terceirizadas contratadas e, em 24%, é realizada em parceria com laboratórios de universidades, centros de pesquisas e outros.

3. EVOLUÇÃO DO PANORAMA NACIONAL

Em 2012, a CNM realizou uma pesquisa para também conhecer a realidade dos SIM e teve a participação de aproximadamente 4.100 Municípios dos quais 1.312 (32%) informaram possuir o Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem animal criado por lei municipal, sendo responsáveis pela inspeção de pouco mais de 4 mil estabelecimentos em todo o país, sendo que quase a metade destes trabalham com carne e embutidos.

Tabela 1 – Evolução da quantidade de SIM, por UF

UF	2012	2017	Var. %	UF	2012	2017	Var. %
AC	3	2	-33%	PB	32	34	6%
AL	12	30	150%	PE	30	29	-3%
AM	13	11	-15%	PI	16	40	150%
AP	3	1	-67%	PR	166	226	36%
BA	36	66	83%	RJ	6	31	417%
CE	33	70	112%	RN	29	43	48%
ES	24	45	88%	RO	22	27	23%
GO	29	39	34%	RR	1	2	100%
MA	35	31	-11%	RS	320	348	9%
MG	130	232	78%	SC	152	197	30%
MS	26	60	131%	SE	12	13	8%
MT	42	73	74%	SP	97	152	57%
PA	42	38	-10%	TO	23	77	235%
				Total	1334	1917	44%

Fonte: CNM, 2012 e 2017.

A pesquisa apresenta dados do trabalho dos Municípios em favor do desenvolvimento rural com um aumento de 44% no número de SIM. Em valores absolutos, 1.078 não possuíam SIM na primeira pesquisa e agora informam a criação. Portanto, novos SIM criados pelos Municípios. Na contramão, 374 informaram a desativação do SIM.

O destaque positivo ficou nos Estados do Rio de Janeiro, Piauí, Alagoas e Ceará. Somente em Minas Gerais foram criados 102 novos SIM.

A desativação dos SIM foi destaque na região Norte nos Estados do Amazonas, Acre, Para e Amapá em 9 Municípios.

Tabela 2 – Evolução da quantidade de Estabelecimentos, por produto e por UF

UF	2012			2017			2012			2017			2012			2017		
	2012	2017	Var. %	2012	2017	Var. %	2012	2017	Var. %	2012	2017	Var. %	2012	2017	Var. %			
	Carnes e Embutidos			Leite e Derivados			Pescado			Mel			Ovos					
AC	1	2	100%	0	1	-	0	0	-	0	1	-	0	0	-			
AL	5	65	1200%	1	24	2300%	0	5	-	0	7	-	0	3	-			
AM	14	0	-100%	4	0	-100%	1	3	200%	0	0	-	1	0	-100%			
AP	5	0	-100%	0	0	-		0	-		0	-		0	-			
BA	7	91	1200%	12	62	417%	1	22	2100%	1	10	900%	0	14	-			
CE	56	137	145%	28	85	204%	14	15	7%	14	22	57%	8	20	150%			
ES	36	127	253%	17	163	859%	1	80	7900%	3	46	1433%	0	30	-			
GO	20	185	825%	14	47	236%	1	10	900%	6	13	117%	0	2	-			
MA	130	35	-73%	31	6	-81%	139	11	-92%	4	4	0%	5	3	-40%			
MG	83	714	760%	131	966	637%	11	61	455%	31	103	232%	15	124	727%			
MS	33	84	155%	9	51	467%	3	20	567%	8	43	438%	1	6	500%			
MT	32	65	103%	72	48	-33%	4	16	300%	6	14	133%	9	14	56%			
PA	102	20	-80%	20	41	105%	26	25	-4%	2	21	950%	2	3	50%			
PB	21	13	-38%	12	15	25%	1	12	1100%	2	2	0%	0	0	-			
PE	70	10	-86%	1	7	600%	0	1	-	2	1	-50%	0	1	-			
PI	28	42	50%	0	2	-	3	2	-33%	0	2	-	0	0	-			
PR	232	665	187%	203	301	48%	10	82	720%	40	59	48%	38	49	29%			
RJ	25	29	16%	13	33	154%	1	2	100%	1	8	700%	0	3	-			
RN	32	34	6%	15	6	-60%	14	2	-86%	11	3	-73%	10	4	-60%			
RO	28	46	64%	39	42	8%	2	13	550%	2	9	350%	4	17	325%			
RR	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-			
RS	587	885	51%	174	182	5%	36	52	44%	208	102	-51%	56	118	111%			
SC	225	474	111%	282	135	-52%	56	109	95%	25	51	104%	32	68	113%			
SE	3	6	100%	2	12	500%	1	10	900%	3	2	-33%	0	1	-			
SP	192	356	85%	59	111	88%	24	32	33%	14	63	350%	10	41	310%			
TO	14	119	750%	11	55	400%	1	3	200%	0	15	-	0	17	-			
Total	1981	4204	112%	1150	2395	108%	350	588	68%	383	601	57%	191	538	182%			

Fonte: CNM 2012 e 2017.

A atuação dos Municípios de Minas Gerais é refletida no crescimento do número de estabelecimentos formalizados que saltaram de 271 para 1.968 com foco principal em carnes e leite. Alagoas passou de seis estabelecimentos para 102, Ceará aumentou de 120 para 274 estabelecimentos.

A desativação dos SIM também foi refletida nos Estados do Amazonas e do Amapá com uma redução de 17 e 5 estabelecimentos, respectivamente. No Maranhão, não foram informados 250 estabelecimentos e Pernambuco conta agora com somente 10 estabelecimentos que processam carnes e embutidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra o impacto positivo na agroindustrialização da produção rural, mas depende do estímulo do poder público e, sobretudo, de maior aporte de investimentos na estruturação e capacitação de equipe técnica.

O aumento do número de estabelecimentos inspecionados revelado pela pesquisa é positivo quando, no período de 2012 a 2017, foram constituídos 678 novos SIM.

Além disso, fortalecer o trabalho do SIM é necessário para aumentar as adesões ao Suasa, do atual panorama de 17 Municípios e três consórcios de Municípios por meio da melhoria dos procedimentos de inspeção e das condições de trabalho.

Na visão da CNM, os Municípios e os estabelecimentos agroindustriais demandam recursos financeiros e humanos, além de apoio técnico para melhorar as ações realizadas.

Para área técnica de Desenvolvimento Rural da CNM, é necessária a ampliação das ações de capacitação do Mapa, apontando-se como alternativa a criação de cursos pela escola nacional de gestão agropecuária para os veterinários do SIM.

No panorama apresentado, a inclusão de outros atores no debate pode auxiliar nesse processo de fortalecimento do sistema, como vigilância sanitária, Sebrae, Senar, Embrapa, Empresas Estaduais de Ater, ONGs, Contag e CNA.

A CNM, no seu papel de defesa dos Municípios, vem trabalhando com a esfera federal para garantir normativos federais em acordo com as realidades municipais e visando a uma maior autonomia financeira.

Um exemplo é o PL 9.281/2017 (antigo PLS 379/2016), de autoria do senador Roberto Muniz, que prevê o repasse direto de recursos aos Estados, mas não inclui nas formas de repasse os Municípios que ficam atrelados ao repasse via convênio. A CNM defende a ampliação das condições apresentadas aos Estados para os Municípios.

Outro Projeto de Lei é o 334/2015, que autoriza o comércio nacional dos produtos inspecionados pelo SIM, retirando a restrição de comércio exclusiva ao territorial municipal.

Além disso, a CNM está apoiando a realização do *2º Seminário Nacional de Inspeção Sanitária Municipal – Suasa/Sisbi-POA, Pnae e formação de consórcios*, que

ocorrerá em todas as unidades da Federação durante o ano de 2018. Para informações, acesse: www.suasa.com.br.

A CNM reafirma que o desenvolvimento das agroindústrias é um importante mecanismo de incentivo à economia municipal, uma vez que agregar valor à produção impacta no produto interno bruto, principalmente nos pequenos Municípios.

Desenvolvimento Rural

d.rural@cnm.org.br

Osni Morinishi Rocha

osni.rocha@cnm.org.br

(61) 2101-6000